



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1349/05	DATA: 13/9/2005
INÍCIO: 15h30min	TÉRMINO: 18h00min	DURAÇÃO: 02h30min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 2h30min	PÁGINAS: 39	QUARTOS: 25

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
EDUARDO CAMPOS – Deputado Federal

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Reabertos os trabalhos da presente reunião, damos prosseguimento à produção de prova testemunhal com a oitiva do nobre Deputado Eduardo Campos, arrolado como testemunha pela defesa do Deputado José Dirceu.

O advogado do representado encontra-se presente e, a respeito do depoimento da testemunha, tenho alguns esclarecimentos a fazer ao Plenário, de acordo com o que dispõe o art. 12 do Regulamento deste Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

A testemunha prestará compromisso e falará somente sobre o que lhe for perguntado. Após, será dada a palavra ao Relator, Deputado Júlio Delgado, para as perguntas, que poderão ser feitas nesse momento e a qualquer momento que entender necessário. E após o Relator, será dada a palavra ao representado ou ao seu procurador — são os Drs. José Luís Lima e Rodrigo Dall'Acqua.

A chamada para os Parlamentares inquirirem a testemunha será feita de acordo com a lista de inscrição.

Com a palavra o nobre Relator, Deputado Júlio Delgado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, Exmo. Sr. Deputado, companheiro, Presidente do PSB, aqui presente, o nosso Dr. Roberto Amaral.

Pois não. É importante que seja feito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Houve um lapso da Presidência. Há um termo de compromisso que precisa ser lido e assinado pelo nobre Deputado Eduardo Campos.

Nos termos do art. 12, inciso I, do Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, presto o compromisso de falar somente a verdade sobre o que me for perguntado acerca dos fatos relativos ao Processo nº 4, de 2005, Representação nº 38, de 2005, do PTB, movido contra o Deputado José Dirceu.

Sala das reuniões, 13 de setembro de 2005. Deputado Eduardo Campos.

Com a palavra o nobre Relator.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eu estava citando aqui, Sr. Presidente, Deputado Ricardo Izar, o nobre Presidente do PSB, Deputado Roberto Amaral, o Presidente que irá assumir, já escolhido em nossa convenção, nobre



Deputado Eduardo Campos, Sras. e Srs. Parlamentares, assessores, senhores advogados, retornando à nossa reunião, que teria sido suspensa em função da oitiva do Deputado Aldo Rebelo, eu gostaria, iniciando este depoimento, de dizer da minha total tranqüilidade.

Quando o nobre Deputado Eduardo Campos serviu ao Governo como Ministro de Ciência e Tecnologia, eu fazia parte de um outro partido. Quando lutei em função do mandato do Conselho de Ética para fazer parte deste Conselho, não sabia, e não sabia naquele momento, que o nobre colega e amigo Deputado Eduardo Campos iria ou viesse a ser, nem tanto eu, o Relator desta representação em tela, nem tanto o Deputado Eduardo Campos, como arrolado na qualidade de testemunha de defesa do Deputado José Dirceu. É uma prerrogativa que cabe ao representado a escolha de suas testemunhas. E é com tranqüilidade, isenção e independência muito grande que eu faço a oitiva do nobre amigo, sem nenhum constrangimento e nenhuma formalização ao Deputado Eduardo Campos, arrolado como testemunha pelo Representado, Deputado José Dirceu.

Digo isso aos nobres colegas advogados do representado que estão aqui, aos colegas Parlamentares deste Conselho de Ética e companheiros da nossa bancada do PSB.

Deputado Eduardo Campos, é uma honra ter a sua presença e contribuição, neste momento, nesta representação, no processo que vamos tentar elucidar, e volto a dizer aqui, reiterando aos amigos e à imprensa, que nós estamos, depois de um prazo de quase 30 dias do início da notificação do Deputado José Dirceu, começando a ouvir as testemunhas em função delas mesmas, na qualidade de convidadas, marcarem os seus depoimentos. E hoje nós temos aí, já ouvimos o Deputado Aldo, vamos ouvi-lo e ainda teremos, no final do dia, nesta mesma sessão, a oitiva do Deputado Arlindo Chinaglia. Vou diretamente às perguntas, para deixar que os companheiros Parlamentares e os nobres advogados possam fazer as inquirições que julgarem necessárias.

Deputado Eduardo Campos, V.Exa. foi Ministro da Ciência e Tecnologia do atual Governo, representante de um dos partidos que compõe a base aliada e eu lhe questiono: enquanto esteve no cargo, tomou conhecimento da existência do



esquema de repasse irregular de dinheiro, por parte do PT, para Deputados da base aliada?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Primeiro, eu quero cumprimentar o Deputado Ricardo Izar, Presidente deste Conselho; cumprimentar o Relator, Júlio Delgado; as Sras. Deputadas, os Deputados; e responder a sua primeira indagação dizendo que não.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - V.Exa. saberia dizer se o Deputado José Dirceu, enquanto esteve na Chefia da Casa Civil, no período em que V.Exa. não só como Ministro de Estado, mas como Líder do PSB, teria continuado à frente, mesmo que informalmente, do Partido dos Trabalhadores, mantendo sua liderança na condução dos negócios do partido através dos nomes já citados aí, Delúbio Soares, Sílvio Pereira, no mesmo, e que essa liderança se exerceria de uma forma informal, mesmo eles estando nas funções da Casa Civil?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Não, não tenho informação de que ele exercesse essa relação, mesmo que informal. E acredito que até pelas atribuições de um Ministro-Chefe da Casa Civil, elas são quase que incompatíveis com a vida e a rotina de um partido político da dimensão do Partido dos Trabalhadores.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Justamente é essa indagação que vai coincidir. Essa convivência como Líder e como Ministro, o senhor pôde captar alguns sinais que pudessem ser prova disso ou contrariamente, como caso o senhor acaba de relatar, das funções como Ministro de Estado e que pudessem trazer evidências desses fatos, de um envolvimento ou de um exercício de liderança informal ainda sobre o Partido dos Trabalhadores?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Não tenho nenhuma evidência de que essa função era exercida pelo Ministro José Dirceu, até porque o que sabíamos é que a direção do partido foi recomposta. E todas as vezes que tomei conhecimento de reuniões de outros partidos com o Partido dos Trabalhadores, ela se dava com a nova direção do PT.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - V.Exa. poderia relatar, pela sua experiência, não no caso de Ministro, mas como Líder do PSB, em 2003, como era a



articulação do Governo para poder conseguir a base de apoio no Congresso, para aprovação dos projetos de seu interesse, ou relatar, no exercício da sua função de Liderança, algum caso específico que tenha lembrança da forma de aglutinação da Maioria, para providenciar ou para poder agilizar as votações e formalizar a base aliada?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Posso. Eu exerci a Liderança do PSB no primeiro ano, em 2003, o ano em que tivemos na Casa as mais importantes votações: duas reformas constitucionais, uma, em particular, que tinha grande impacto sobre a base histórica que os nossos partidos tinham construído na sociedade brasileira, como a reforma da Previdência. Ao longo do ano de 2003, nós vivemos um longo processo de negociação. Nós tínhamos, todas as segundas-feiras, em regra, reuniões da base aliada, dos Líderes da base aliada com os Líderes do Governo e, às vezes, com o próprio Ministro José Dirceu. E nós vivemos aqui também intensas negociações com os Líderes da Oposição. Nós só aprovamos os projetos mais polêmicos a partir de mediação, de mudanças que foram operadas na proposta original remetida ao Congresso pelo Poder Executivo, o envolvimento de Governadores, no caso da reforma da Previdência, dos fóruns de Prefeitos. Ou seja, tudo o que nós aprovamos de relevante, ao longo do ano de 2003, passou por um intenso processo de negociação interno, dentro dos nossos partidos, que tinham muitos questionamentos sobre a matéria, como também com os partidos da Oposição, que tinham até mais identidade com as reformas propostas do que os nossos próprios partidos. Nós, portanto, se observarmos o resultado dessas votações, vamos ver que elas foram operadas a partir de um amplo processo de negociação política, acompanhado, de forma intensa, pela imprensa e por todos os agentes políticos. Porque a reforma da Previdência, por exemplo, era algo que dizia respeito ao interesse também dos Srs. Prefeitos, dos Srs. Governadores; a reforma tributária, da mesma forma. Então, este ano de 2003 foi um ano de muito trabalho, de muita expectativa, de muitas negociações, acompanhadas de forma bastante clara por toda a imprensa e opinião pública nacional.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Vou fazer 3 perguntas diretas. Deputado Eduardo Campos, V.Exa. já tinha ouvido falar, conheceu — se conheceu, quando, em que circunstâncias o senhor tomou notícia do cidadão ou das



participações de contas publicitárias do Sr. Marcos Valério? Já o conhecia? Já tinha ouvido falar? Se ouviu, quando? Tinha referência que o Sr. Marcos Valério, através das suas empresas, detinha 5 ou 6 contas publicitárias com empresas estatais do Governo Federal?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Não conhecia o Sr. Marcos Valério, nunca tinha ouvido falar e não sabia que ele detinha contas publicitárias. Até porque o próprio Ministério da Ciência e Tecnologia, para onde eu fui, no início de 2004, sequer tinha conta publicitária.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O senhor nunca ouviu falar do Sr. Marcos Valério antes de virem à tona essas denúncias todas e esses casos?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Não. A primeira vez que ouvi foi quando o nome dele foi citado, acredito neste Conselho ou no discurso, pelo Deputado Roberto Jefferson.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - E aí, uma última indagação que me afeta neste momento, pergunto a V.Exa.: enquanto ocupou o cargo de Ministro de Estado, V.Exa. exerceu alguma função em conselho administrativo de órgão público ou de empresa estatal?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Não. Eu ocupei o cargo de Ministro de Estado e não ocupei nenhuma função em conselho de administração, em nenhuma estatal.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Em nenhuma empresa pública ou estatal. Portanto — preste atenção nessa pergunta — nunca teria recebido remuneração para tal?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Não. Eu, quando fui para o Ministério, optei pela remuneração da Câmara e só recebi essa remuneração.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Fez opção pelo salário parlamentar?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Pelo salário de Parlamentar. Como tinha feito quando me afastei para ser Secretário de Estado. Da mesma forma.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eu me coloco satisfeito diante dessas indagações, Sr. Presidente.



Coloco aos nobres colegas advogados e pares que possam fazer as suas indagações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra os nobres advogados do Deputado José Dirceu, o advogado José Luís Lima e o advogado Rodrigo Dall'Acqua

Com a palavra, por favor.

O SR. JOSÉ LUÍS OLIVEIRA LIMA - Sr. Presidente, eminente Relator, ilustre testemunha, Sr. Presidente, eu gostaria de saber: a ilustre testemunha foi Líder do PSB na Câmara, no período de janeiro de 2003 a janeiro de 2004. Nesse período ele percebeu algum movimento dos Parlamentares que indicasse a compra de votos?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Não.

O SR. JOSÉ LUÍS OLIVEIRA LIMA - A segunda pergunta, Sr. Presidente: se a ilustre testemunha teve conhecimento de pagamento a Parlamentares para troca de partidos políticos.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Não.

O SR. JOSÉ LUÍS OLIVEIRA LIMA - Como era a relação institucional dos Líderes dos Partidos na Câmara com o então Ministro-Chefe da Casa Civil, o Deputado José Dirceu, na condição de articulador político do Governo?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Eu, há pouco, falava que, ao longo de 2003, nós tínhamos uma dinâmica: na segunda-feira, reuniões aqui na Liderança do Governo, com o Líder do Governo, onde se tratava a pauta da semana. Nós trazíamos as impressões dos nossos partidos, das nossas bancadas, onde estava pegando, onde tinha mais crítica, e tal; e tinha semanas que se administrava, a nível da reunião, com o próprio Líder do Governo; e havia semanas que era necessário fazer reuniões do conjunto dos Líderes com o Ministro José Dirceu. O Líder do Governo participava da coordenação do Governo e, por vezes, sinalizava a necessidade de se fazer reuniões, que eram feitas na Casa Civil, com o conjunto dos Líderes, onde se discutiam emendas, destaques que haviam sido apresentados pelas nossas bancadas. Discutia-se tática de retirada de emenda ou de destaque, se naquela semana dava para votar tudo ou se não dava. Sempre foi feito dessa forma.



O SR. JOSÉ LUÍS OLIVEIRA LIMA - Sr. Presidente, gostaria de saber da testemunha se ela compareceu, em alguma oportunidade, no gabinete do Deputado José Dirceu, quando o mesmo desempenhou as funções de Ministro-Chefe da Casa Civil.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Compareci. Deve ter registrado lá quantas vezes. Não me lembro de quantas vezes. Mas nessas reuniões, quase todas, quando não pude estar, mandava o Vice-Líder do PSB, ou pedia ao Vice-Líder do PSB para que representasse o partido.

O SR. JOSÉ LUÍS OLIVEIRA LIMA - Se nessas ocasiões, Sr. Presidente, estava presente o ex-tesoureiro do Partido dos Trabalhadores, Sr. Delúbio Soares, ou o ex-Secretário-Geral do Partido dos Trabalhadores, Sr. Sílvio Pereira.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Não. Em nenhuma dessas reuniões avistei, na Casa Civil, nem o tesoureiro nem o secretário do PT.

O SR. JOSÉ LUÍS OLIVEIRA LIMA - Sr. Presidente, gostaria de saber da ilustre testemunha como a divisão de cargos entre os partidos aliados era definida pelo Governo.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Poderia repetir?

O SR. JOSÉ LUÍS OLIVEIRA LIMA - Como a divisão de cargos entre os partidos aliados era definida pelo Governo?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Olha, eu posso falar em relação ao PSB. O PSB teve um Ministro escolhido pelo Presidente Lula, indicado pela direção do partido. O Presidente Lula também solicitou à CHESF. Afora essas indicações, os Estados. O PSB tinha poucos Deputados Federais. E, a nível dos Estados, havia o conjunto da frente que apoiava, havia votado no Presidente Lula, sobretudo no segundo turno, construiu indicações consensuais. Em regra, foi essa a experiência que o PSB teve.

O SR. JOSÉ LUÍS OLIVEIRA LIMA - Sr. Presidente, a eminente testemunha foi Ministro da Ciência e Tecnologia de janeiro de 2004 a julho de 2005. Nesse período, de que forma eram feitas as nomeações dos cargos de confiança, inclusive dos órgãos subordinados, no Ministério da eminente testemunha?



O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - O Ministério da Ciência e Tecnologia tem uma particularidade. Primeiro, eu cheguei e já existia uma equipe montada, em que pouco alterei a equipe que já encontrei. Os institutos de pesquisa têm uma regra que se assemelha à regra das universidades federais e muitas estaduais. É que a escolha nas universidades se dá a partir de uma lista tríplice que vem de uma eleição que é feita na universidade. Nos institutos de pesquisa se consagrou uma forma que é a montagem de um comitê de busca por notórios pesquisadores e cientistas da área, que não necessariamente são daquele instituto, que montam uma comissão de 3 a 5 membros do Comitê de Busca, que apresenta um edital sobre aquele instituto, e os diversos pesquisadores, que podem ser do próprio instituto ou de outra área, apresentam seu projeto para aquele instituto durante 4 anos. O Comitê de Busca faz uma seleção, entrevista, faz audiência pública, com a participação, inclusive, de funcionários e servidores daquele instituto, e, depois disso tudo, remete uma lista tríplice. Normalmente, o primeiro colocado, em regra, é o escolhido e tem 4 anos de mandato. Então nós convivemos com essa rotina. Muitos dos mandatos sequer acabaram, estão sendo cumpridos. Os que acabaram durante a nossa gestão foram nomeados Comitê de Busca. Uns chegaram a apresentar lista tríplice, outros ainda não apresentaram. Posso citar aqui, que me lembro, o INPE, que fica em São Paulo, um grande instituto, renomado instituto, importante instituto do País. Nomeei o Comitê de Busca e sequer houve ainda a conclusão do trabalho. A direção do CNPq permaneceu a mesma. Há 6 meses atrás foi preciso fazer uma mudança, porque um dos diretores morreu. A direção da FINEP permaneceu a mesma. As direções das empresas, em regra, continuaram as que estavam lá. Os cargos que não são providos dessa forma pelo Comitê de Busca eram providos por indicação do Ministro. Alguns solicitei, por se tratar de uma área extremamente técnica. E por não ser cientista, pedi indicações e lembranças a alguns gestores, alguns secretários, alguns pesquisadores que me indicavam 2, 3 nomes. Alguns não queriam participar, porque tinham atividade de pesquisa, lecionavam e tal. E os que topavam faziam o trâmite normal da administração pública, que é remeter à Casa Civil para que haja aquela checagem e a nomeação.



O SR. JOSÉ LUÍS OLIVEIRA LIMA - Sr. Presidente, no período em que a ilustre testemunha ficou à frente do Ministério, o então Ministro-Chefe da Casa Civil, Deputado José Dirceu, interferiu de alguma maneira em alguma nomeação feita no Ministério da Ciência e Tecnologia na gestão da eminente testemunha?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Não. Pelas razões que acabo de relatar e a forma como houve, não recebi ligação do Ministro José Dirceu para compor qualquer direção no Ministério. E quero dizer que, se tivesse recebido, também não acharia nada de extraordinário que o Ministro-Chefe da Casa Civil lembrasse um nome ou tivesse sido lembrado por alguém para um nome. Ocorre que não recebi. Se tivesse recebido, falaria aqui com toda naturalidade, porque não vejo nisso nenhum absurdo.

O SR. JOSÉ LUÍS OLIVEIRA LIMA - Uma última pergunta, Sr. Presidente. Qual o conceito pessoal que a eminente testemunha tem sobre o Deputado José Dirceu?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Olha, eu conheço José Dirceu dos anos 80. Eu, já trabalhando com o Dr. Arraes, o José Dirceu dirigente do Partido dos Trabalhadores, convivemos em muitas etapas da vida pública brasileira. Fiz movimento estudantil, conheci a história de José Dirceu, a história de militante do movimento estudantil, de alguém que lutou pela redemocratização do País, convivemos em 3 eleições presidenciais que o nosso partido fechou com o Lula, na quarta, no segundo turno. Na primeira campanha, ainda, eu particularmente saí do PMDB para apoiar o Lula no primeiro turno, montamos comitê e campanha em Pernambuco. Nunca fui amigo particular de José Dirceu, nunca convive com ele. Tive, ao longo desse tempo, diferenças políticas que são conhecidas com o Ministro José Dirceu. Agora, não me sinto, neste momento, em outra condição se não de dizer que ao longo dessa convivência nunca presenciei do Ministro José Dirceu, seja como Líder do PSB aqui, seja como militante nas ruas, em campanhas memoráveis, seja na condição de Ministro, nenhum ato que desabonasse a vida dele como cidadão e como homem público. Digo isso sem ser do partido dele, sem ser amigo pessoal dele, sem privar da intimidade pessoal do Ministro José Dirceu, sendo de outro partido, tendo as divergências, que a vida construiu posições distintas. Mas



acho que, nesta hora, me sinto inteiramente a vontade para prestar esse tipo de declaração.

O SR. JOSÉ LUÍS OLIVEIRA LIMA - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Srs. Deputados, chamarei agora, pela lista de inscrição, a nobre Deputada Angela Guadagnin.

Gostaria de lembrar a todos que hoje, às 18 horas, vamos ouvir o Deputado Arlindo Chinaglia.

Com a palavra a Deputado Angela Guadagnin.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não. Com a palavra, Deputado.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Eu respondi a uma pergunta do ilustre Relator quanto a conselhos, conselho de administração de estatal. Por obrigação legal, o Ministro da Ciência e Tecnologia participa de alguns conselhos que não são de estatais, Conselho de Medalhas, Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia. Eu trago aqui a lista dos conselhos que tenho, por obrigação de lei, de participar. E pela participação de nenhum deles recebi qualquer tipo de remuneração. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra a Deputada Angela Guadagnin.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Sr. Presidente, coincide, todas as vezes, eu ser a primeira a indagar. Queria desejar boas-vindas ao Deputado, ex-Ministro, parabenizar pelo trabalho que ele fez lá, que eu acompanhei de perto, porque minha cidade, São José dos Campos, é onde está o INPE, o CPA e diversas empresas de alta tecnologia, e acabamos por acompanhar o seu Ministério de perto e pude presenciar o seu empenho e o seu trabalho. O senhor disse que não é cientista, se o fosse talvez não fosse tão bom Ministro, porque é exatamente a capacidade de ouvir, de determinar e de compor uma equipe que lhe fez um grande Ministro.



O Relator já perguntou, e o senhor respondeu, mas eu queria complementar a respeito de ter ouvido falar de mensalão. Houve alguma discussão ou conversa dentro do Governo sobre esse assunto?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Que eu tenha participado, não.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Não. Em reunião de Ministérios nunca houve isso?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Não.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Em algum momento o senhor observou ou tomou conhecimento de que havia algum esquema montado na Casa Civil para pagamento de Deputados?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Não.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Fiz essa pergunta também para o Deputado Aldo Rebelo, a imprensa colocou diversas vezes que o ex-Ministro José Dirceu era um superministro, era quem mandava no Governo, e o Lula era a rainha da Inglaterra, que viajava pelo mundo afora. Queria sua opinião sobre isso, já que viveu, como Líder e como Ministro, essa relação do Ministro José Dirceu, quando então Ministro José Dirceu, Chefe da Casa Civil, e se as opiniões do José Dirceu sempre eram as acatadas, as que venciam nas discussões dos Ministérios.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - O Ministro José Dirceu que nós Congressistas conhecemos tem uma presença muito forte, é um militante que acumulou muita experiência, teve uma presença muito destacada na campanha presidencial, na organização do partido, da campanha do Presidente Lula. Como Ministro da Casa Civil, da articulação, um Ministro que está na vitrine. Então, criou-se toda uma compreensão de que ele tinha uma presença muito maior do que a presença real. Claro que ele tinha uma presença destacada, forte. Mas eu vi várias questões que não puderam ser... que as posições do Ministro José Dirceu não foram vitoriosas. Eu posso citar uma da minha área, por exemplo, o Programa Nuclear Brasileiro. Nós compartilhamos de uma opinião comum, tentamos efetivamente avançar na revisão do Programa Nuclear Brasileiro e não consegui, em um ano e meio — antes disso o próprio Ministro Roberto Amaral, que está aqui —, chegar a uma posição final. Então, eu acho que essas coisas têm um meio-termo. Nem o



Ministro José Dirceu era um Ministro como tantos outros, era um Ministro que tinha uma importância política destacada no Governo, reconhecidamente destacada, no Ministério dos mais importantes, que acumulou a coordenação política e a coordenação administrativa durante o primeiro ano, mas também não era tanto quanto efetivamente se fala, e eu tive a experiência num ponto em que tratei, que acabo de relatar.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Até em cima do seu relato, o Ministro José Dirceu, quando fez o seu depoimento aqui, no Conselho, colocou que tinha um papel como Ministro da Casa Civil de ter montado diversos — a palavra não seria conselho, mas equipes...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Grupo de trabalho.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Grupos de trabalho, para poder estar... a questão da infra-estrutura. Ele citou vários aqui, no depoimento dele. Alguns desses o seu Ministério participava junto e pôde acompanhar essas discussões?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Há vários. Vários o Ministério da Ciência e Tecnologia participa. E participa através de funcionários que são designados pelos diversos Secretários. Esse grupo de trabalho tem uma rotina de trabalho. Quando os primeiros relatórios vão sendo apresentados vai-se fazendo reuniões com níveis hierárquicos diferenciados até que o relatório final é apreciado ou pelos Secretários-Gerais ou, extraordinariamente, até com a presença de alguns Ministros.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Isso era uma rotina de trabalho entre vocês, não era imposto pelo Ministro José Dirceu?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Não, isso é uma rotina de trabalho do Estado brasileiro. Existem várias questões que são transversais, que tocam vários Ministérios. Por exemplo, a questão de Alcântara, lembro aqui que — vejo 2 ilustres Parlamentares do meu partido, do Maranhão. A questão de Alcântara é uma questão que envolve o Ministério da Defesa, que envolve o Ministério da Ciência e Tecnologia, que envolve o Ministério dos Transportes, que envolve o Ministério do Meio Ambiente, que envolve o Ministério da Desigualdade, que envolve o Ministério



do Desenvolvimento Agrário. Vários Ministérios. Então, para que se toque aquilo ali, já que é uma questão que é afeita a vários Ministérios, tem que ter um órgão institucionalmente. Isso não depende da vontade de quem esteja à frente da Casa Civil. Vai à Casa Civil porque ele toca vários Ministérios. E, aí, se nomeia um representante que toca aquele determinado assunto.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Na pergunta anterior, o nosso Relator colocou e o senhor respondeu, afirmou assim: “processo de negociação para aprovação dos diversos projetos de lei, medidas provisórias ou emendas constitucionais”. Isso é um fato normal no Parlamento, que haja negociações e acordos de votação?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Claro. Veja bem: eu falei das matérias apreciadas durante 2003. Eu vou falar de outra matéria apreciada depois, já na condição de Ministro, a Lei de Biossegurança. A Lei de Biossegurança passou por um processo amplo de sabatina de cientistas, de grupos de estudos que foram montados com painéis de debates no Senado, aqui na Câmara, a questão da célula tronco. Nós conseguimos aprovar contra o voto do partido de V.Exa., que foi contra. Apesar de vários Parlamentares terem votado, o encaminhamento de votação foi contra aquilo que era uma posição que nós defendíamos. Então eu entendo que o Parlamento é isso: é um espelho da representação da sociedade. Aqui só se aprova as coisas se houver um amplo processo de debate de negociação.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - E dentro dessa negociação a que o senhor acabou de se referir e reforçou, em nenhum momento, nenhum fato diferente desse acordo, desse tipo de negociação parlamentar que acontece dentro desta Casa, o senhor observou como Líder ou como Ministro?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Não. Não observei.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Nem tomou conhecimento?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Nem tomei conhecimento.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O Relator colocou também para o Deputado Aldo Rebelo, que na quebra de sigilo bancário do Marcos Valério, foram detectadas várias ligações da empresa do Marcos Valério para diversos Ministérios. O senhor acha isso normal? Não acha normal? Apesar de o senhor ter



dito que o seu Ministério quase não tinha verba de comunicação, ou contrato de comunicação, não entendi bem.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - O Ministério da Ciência e Tecnologia não tem nenhuma agência de comunicação, nem tinha verba no seu orçamento para isso. Só este ano foi colocada alguma verba, porque este ano haverá a terceira conferência de ciência e tecnologia já realizada no Brasil. Eu acho que a simples quebra do sigilo telefônico, ela não pode por si só ser elucidativa de qualquer tipo de relação, sobretudo num ambiente como esse que se está. Se se pega uma quebra de sigilo telefônico e dizer está ali alguma prova. Não. Eu acho que se uma determinada prestadora de serviço tinha um contrato com determinado Ministério, pode ter uma série de telefonemas inteiramente natural do processo de prestação de serviço. Acho que se tem que ter muito cuidado com conclusões precipitadas em função de uma simples quebra de sigilo telefônico.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O senhor falou que não tinha quase comunicação, tem este ano um pouquinho de verba para fazer a terceira conferência, mas devia gastar recursos para divulgar para este Brasil, o que é feito no seu Ministério e que realmente traz desenvolvimento, um deles é o avanço que o INPE está fazendo em termos de parceria com o Ministério do Meio Ambiente, diminuindo as queimadas, mostrando em tempo real as imagens e levando essas imagens de uma forma muito republicana, democrática a todos que queriam as imagens do INPE. Podia divulgar essas coisas.

Por último, também complementando uma pergunta do Relator: como é que eram as indicações para o seu Ministério? O senhor tinha conhecimento de indicações, como eram as indicações para os outros Ministérios, empresas ou autarquias?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Não. Eu acompanho exatamente o que é do Ministério da Ciência e Tecnologia, e se deu exatamente dentro do que eu relatei há pouco. Todos os institutos são para o Comitê de Busca, a direção do CNPq e da FINEP foi a mesma que eu encontrei, e das direções, a despeito de um pedido de demissão e de uma morte que houve e mudanças de 2 Secretários do Ministério que foram por escolhas nossas mesmo, a partir de indicações que colhi na própria academia.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o nobre Deputado Jairo Carneiro.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Ilustre Presidente, ilustre Relator, Deputado Júlio Delgado, ilustre Deputado Eduardo Campos, senhores advogados, colegas, Deputado Eduardo Campos, fico com a primeira curiosidade em saber da razão da sua indicação como testemunha neste processo. Creio que compulsando os textos dos depoimentos, de entrevistas do Deputado Roberto Jefferson, creio que não encontrei referência ao seu nome e também no depoimento do Deputado José Dirceu, também nas defesas que ele ofereceu, seja a este Conselho, seja à CPML dos Correios. A que V.Exa. atribui a indicação do seu nome como testemunha pelo Deputado José Dirceu?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Deputado Jairo Carneiro, claro que essa pergunta seria melhor respondida pelo Ministro José Dirceu. Eu posso aqui dizer o que eu imagino. Fui comunicado há cerca de 20 dias atrás no plenário da Câmara, inclusive eu estava ao lado do Ministro Aldo Rebelo conversando, quando fui comunicado pelo Ministro José Dirceu que ele havia feito essa indicação. Imagino pelo fato de ser de um partido que historicamente teve uma presença ao lado do PT na cena brasileira em muitas causas que militamos juntos, pelo fato de ter sido Líder do partido na Câmara nesse primeiro ano do Governo, pelo fato de ter sido Ministro. Talvez o Deputado José Dirceu tenha escolhido, pelo que percebo, um representante do PT, um do PSB, um do PCdoB, um artista de grande talento, que é o Fernando Morais, e o Ministro Márcio Thomaz Bastos. Acredito que por essas razões. Como eu disse há pouco, nunca fui do Partido dos Trabalhadores, nunca privei da amizade pessoal do Deputado José Dirceu e acho que vir aqui é uma forma de contribuir com o trabalho deste Conselho, um trabalho que o Congresso Nacional precisa fazer neste momento para esclarecer o conjunto dessas questões que estão colocadas na cena brasileira, porque acho importantíssimo que este Congresso refaça suas pontes com o sentimento da sociedade brasileira para representá-la num momento tão grave da vida nacional.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Mas eu indago — perdoe, não é insistência: a sua primeira reação teria sido de surpresa?



O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Foi, até porque eu não sabia que existia essa figura de testemunha aqui. Eu confesso aqui o meu desconhecimento em relação a todo esse trâmite, até porque o Conselho de Ética é uma figura nova na nossa estruturação. Foi exatamente essa a primeira surpresa. Depois, com naturalidade vim aqui colocar essas questões.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Então, a primeira reação é de surpresa; o segundo momento, já refletido, seria um gesto de confiança diante do que o senhor expôs há pouco instante?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Exato, um gesto de colaboração com esse processo que a Casa vive. E acho que também em determinados momentos da vida é importante que as pessoas tenham a coragem cívica de falar a verdade, mesmo quando essa verdade não calha tão bem aos ouvidos daqueles que já prejudicaram e já fizeram seu juízo de valor em relação às questões. Então, eu acho que é melhor estar aqui tentando contribuir, pagando exatamente todos os ônus e bônus que podem advir da presença no Conselho de Ética, de estar aqui sendo televisionado, com toda essa cobertura de imprensa. Mas acho que estamos na vida pública para ter gestos como este. Ao contrário de outros que já privaram tanto da relação de muitas pessoas que estão aí colocadas em xeque, em questionamentos e que têm outro tipo de atitude.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - V.Exa. dá um atestado de idoneidade inquestionável ao Deputado José Dirceu?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Tudo que falei aqui é exatamente da relação que eu tive com o Ministro José Dirceu, seja como militante político a partir do momento em que o conheci, ele numa outra esfera de competência, de dimensão na política, que eu, depois, quando já como Deputado Federal, ele como Deputado Federal, ele Líder, eu Líder, ele Chefe da Casa Civil, eu Ministro do Governo, ele Ministro da Casa Civil fazendo a coordenação administrativa, eu nunca presenciei absolutamente nenhuma cena, nenhum ato do Ministro José Dirceu que desabone a sua vida.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Veja bem: membros...



O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Este Conselho está desafiado, inclusive, a fazer exatamente o contrário: a ir buscar provas que venham a caracterizar que o Ministro José Dirceu agiu fora do decoro parlamentar.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - É interessante o seguinte: V.Exa. é do PSB — claro, foi membro do Governo como Ministro — e é da base aliada. Deputados do PT se indignaram diante do depoimento do Deputado José Dirceu nesta Casa, neste Conselho, e foram diversos que não acreditaram na veracidade das suas declarações diante da inquirição que foi feita. Em um dos jornais de grande circulação — e eu aqui vou repetir o que li no jornal, entre aspas, respeitando-se a verdade do Deputado, que foi distinta daquela que foi publicada —, lembro-me bem do Deputado Tarcisio Zimmermann. Ele declarou que o Deputado José Dirceu devia ter a grandeza e a dignidade de revelar a participação efetiva que ele teve nesse processo. Esse processo, que é do conhecimento de toda a sociedade brasileira, que envolve práticas de corrupção com a participação intensa do PT, de setores do PT, da ex-Direção do PT.

A despeito disso V.Exa. ainda dá o abono integral, pela sua relação de convivência, à conduta do Deputado José Dirceu?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Já respondi a essa pergunta que V.Exa. me fez.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Então confirma.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Eu não estou aqui para fazer comentário sobre a passagem de José Dirceu aqui ou sobre a declaração de nenhum colega Deputado. Estou aqui para responder a indagações objetivas que venham a, efetivamente, esclarecer o desafio que tem este Conselho de Ética. E tenho feito isso com toda a clareza, sem pular nenhuma resposta, e fiz isso na data que me foi solicitado fazer. Coloco-me à disposição para responder às questões objetivas. Quanto a comentários, o que é que acha, o que não acha, acho que não é bem a matéria que está em pauta no Conselho.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sei. Eu não quero ser indelicado com V.Exa., mas era importante frisar bem a sua posição, o seu convencimento. V.Exa. nunca teve conhecimento de qualquer ato do Deputado José Dirceu no



Ministério que pudesse colocá-lo em situação de dificuldade diante da representação movida contra ele?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Não. É isso que eu tenho dito.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Não.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - É isso que eu tenho dito. E há 513 Deputados nesta Casa; se alguém tem, deve vir aqui. Eu não tenho, não posso efetivamente dizer aquilo que eu não sei. Eu tenho que dizer a verdade, até porque eu assinei para dizer a verdade.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Muito bem.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Então se alguém tem, que venha aqui e diga. Eu não tenho.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sua relação com o Deputado Roberto Jefferson?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Uma relação como todos os senhores têm, companheiros aqui do Congresso Nacional, de um partido político que num determinado momento era da base de sustentação de Fernando Henrique. Eu era da Oposição, depois eu venho para o PSB, da base, ele vem para a base. Não tenho maiores relações com o Deputado Roberto Jefferson. Como Líder — em um determinado momento ele era Líder, depois morreu... —, participava das reuniões na Liderança do Governo com ele, da Casa Civil com ele. Depois, morreu o Martinez, assumiu a Liderança o Deputado José Múcio. E aí ele já não participava com a mesma frequência, já não participava dessas reuniões de Líderes. Essa é que é a relação.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Em nenhuma oportunidade, ele nunca tocou nessas questões de uso indevido de dinheiro por membros do PT, por membros do Governo, com relação a Parlamentares?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Para mim, não.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Nunca?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Não.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Benedito de Lira.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Deputado Eduardo Campos, senhores advogados, representados, companheiros e companheiras, Eduardo, eu queria saber de V.Exa.: V.Exa. ocupou as posições mais destacadas do partido na Casa. Foi Líder, hoje me parece que é Presidente do partido.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Eleito. Vou tomar posse. O Presidente em exercício está aqui.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Eleito recentemente. Quero parabenizá-lo por isso. E foi Ministro do Governo do Presidente Lula. O senhor teve momentos em que manteve uma relação institucional, como Líder, ao lado do Deputado Roberto Jefferson, que também era Líder antes do falecimento do Martinez. Foi Ministro do Governo, deve ter participado de diversas reuniões de Ministros com a base aliada, e o Deputado José Dirceu, Ministro da Casa Civil e articulador político, em determinado momento, antes da assunção do Deputado Aldo Rebelo. O senhor, em algum momento, como Líder, ou mais precisamente como Ministro, tomou conhecimento de que o Deputado José Dirceu, segundo o Deputado Roberto Jefferson, foi o grande articulador da compra de Deputados para apreciação das matérias mais polêmicas na Casa?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Não. Por tudo que já declarei aqui nas respostas anteriores, não.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - O senhor também tem algum conhecimento, até por conta de sua convivência com o Ministro José Dirceu, de que Deputado, para se transferir de um partido para outro, teria de receber uma espécie de compra de passe — o partido “a” comprava o passe do Deputado do partido “b”?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Não.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Não. É porque o Deputado Roberto Jefferson chegou aqui, no Conselho de Ética, dizendo inclusive que havia essa situação aqui na Casa.



O Deputado Roberto Jefferson, Deputado Eduardo, não só na sua presença aqui no Conselho de Ética, mas nas outras CPIs, nas CPMIs dos Correios, do Mensalão, nas entrevistas de rádio, de jornal, de televisão, declarou enfaticamente ser o Deputado José Dirceu o grande responsável por esse processo de, vamos dizer, corrupção do Governo do Presidente Lula. O que o senhor diz a respeito disso, dessas afirmações do Deputado Roberto Jefferson envolvendo o Deputado José Dirceu, então Ministro da Casa Civil?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - O que eu digo é exatamente que este Conselho e as CPIs estão com todos os instrumentos que a legislação brasileira dispõe, investigando para comprovar ou não. Esse é que é o desafio deste Conselho, das CPIs: exatamente averiguar, à luz e acompanhados pela imprensa brasileira e pela opinião pública, para sairmos do eu acho para eu tenho prova ou não tenho prova. Nós estamos num Estado de Direito, onde as pessoas têm toda liberdade de prestar suas acusações e denúncias e onde as instituições brasileiras têm a obrigação de averiguar, garantindo amplo direito de defesa. Se uns gostariam que fosse comprovado e outros não gostariam, isso é um processo que a opinião pública vai acompanhar. E, no final, uma CPI ou duas ou as 3, ou este Conselho de Ética vai formar seu juízo de valor. E, mais tarde, inclusive o Poder Judiciário, para onde vão todas essas peças observadas.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Pois é exatamente por isso, Deputado, que o Conselho de Ética, sendo a última instância de investigação de Parlamentares — que se supõe quebraram o decoro parlamentar, que é o que nós averiguamos aqui —, está aqui reunido ouvindo V.Exa. Eu gostaria de uma resposta mais enfática.

Qual é a sua concepção, no caso, já que o senhor acha que o Conselho é que tem de apurar os fatos? Nós estamos aqui exatamente para isso, ouvindo as pessoas, ouvindo as testemunhas, para que possamos arrancar delas exatamente o subsídio necessário para que possamos formar uma opinião a respeito de cada Parlamentar que venha a ser investigado pelo Conselho de Ética.

Então, a sua opinião, a sua visão com relação a essas afirmações do Deputado Roberto Jefferson. Uma visão ampla, uma visão geral. Se, na verdade, o Deputado José Dirceu era capaz disso ou não era capaz disso; se o Deputado José Dirceu



tinha, na verdade, essa prática de fazer corrupção, de querer comprar Deputado ou de alimentar, vamos dizer assim, subsídios para que a Casa pudesse virar esse tipo de insatisfação que generalize ou foi generalizado, melhor dizendo, que a própria sociedade está cobrando dos Parlamentares da Casa, exatamente, essa investigação com muito rigor e com muita veemência. Era isso que gostaria de saber de V.Exa.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS – Eu reafirmo o que coloquei. Acho que o Conselho de Ética e a Câmara dos Deputados vivem um dos momentos, se não o momento mais delicado de sua história. As instituições — e custou muito a este País construir essas instituições — precisam ter toda a responsabilidade com o momento. Não cabe aqui fazer nenhum processo, colocar qualquer lixo ou entulho por baixo do tapete da sala, não cabe aqui fazer nenhum tipo de acordo que poupe A ou B. O que cabe aqui é apurar, com os instrumentos de que a democracia dispõe, a verdade. E sabemos que nós vamos ter que obedecer ao devido processo legal. E, obedecido o devido processo legal, ter...

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) – Pois, não.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – Sr. Presidente, vejo que se conforma um tumulto, provavelmente em razão de que alguns partidos estão vindo protocolar... Eu gostaria que V.Exa. suspendesse a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) – Eu vou suspender a sessão por 3 minutos.

Está suspensa a sessão.

(A sessão é suspensa para encaminhamento ao Conselho de Ética, pelos partidos políticos, de representação contra o Deputado Severino Cavalcanti, Presidente da Câmara dos Deputados.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jairo Carneiro) - Senhoras e senhores, peço à imprensa para que libere o recinto. Solicito aos profissionais de imprensa que liberem o recinto. Vamos retomar os trabalhos.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Sr. Presidente, ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jairo Carneiro) - Deputado Nelson Trad.



Peço à imprensa para liberar o recinto.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Sr. Presidente, entendo que os ilustres colegas, Líderes emblemáticos do nosso Congresso Nacional, Presidentes de partido, deveriam ter um pouco mais de consideração com este Conselho. O Conselho é um órgão da Câmara Federal, estava em pleno funcionamento, tem uma Secretaria própria para recebimento de todos aqueles que pretendem instaurar processualmente os seus apelos e as suas súplicas. A invasão, nesse sentido, é uma ofensa a este órgão, a este Conselho, que não deveria ter aceitado a onda enorme que se fez aqui, como se isso fosse na realidade possível dentro da ética parlamentar.

Como membro deste Conselho, não aceito, evidentemente, o desrespeito dos nossos Líderes por um órgão da Casa, tendo o Conselho uma Secretaria onde se protocolizariam aqueles apelos necessários para o reordenamento do movimento da nossa Casa.

É o meu protesto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jairo Carneiro) - Está registrado, e creio que com a solidariedade de todos, inclusive do Presidente do Conselho.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Pela ordem, Sr. Presidente. O mais grave de tudo é que estávamos no decorrer de uma oitiva. O Presidente me parece que não foi feliz quando suspendeu a sessão para que pudéssemos assistir a essa bacanal de qualquer coisa que na verdade não traz nenhuma decência para a Casa.

Faço as palavras do Trad as minhas palavras. Foi falta de respeito, porque existe uma Secretaria para se protocolizar documentos, mas é preciso fazer o carnaval. O carnaval precisa aparecer. As vedetes precisavam dar entrevistas, e dar entrevistas aqui no Conselho de Ética, dar entrevistas no momento em que estão protocolando um documento, uma representação contra o Presidente da Casa. Acharam que este era o melhor teatro, e que devemos... E a Presidência do Conselho, Sr. Presidente, deve tomar isso como exemplo e coibir a partir de hoje. Que as representações sejam feitas, que os partidos políticos as façam, mas façam no seu local competente, que é a Secretaria. O Conselho estava em plena reunião, ouvindo o Deputado Eduardo Campos, que interrompeu até o seu raciocínio para



receber a avalanche de repórteres, de jornalistas e de Parlamentares que às vezes tratam os assuntos sérios desta Casa como se uma brincadeira fossem, ou desejam aparecer mais do que têm aparecido neste cenário que deplora, que envergonha a Casa e o Parlamento Nacional. Só vemos isso na Câmara dos Deputados do Brasil. Ninguém vê isso mais em nenhum outro colegiado que esteja ou não reunido para tratar dos assuntos do interesse, da responsabilidade deste Conselho.

Por isso, Sr. Presidente, não devemos permitir mais que fatos como esses possam continuar acontecendo nesta Casa e neste Conselho.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jairo Carneiro) - Ouçamos antes, nobre Deputado, o Relator, que havia pedido a palavra.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Nesse sentido, quero protestar veementemente e pedir escusas às pessoas que estão aqui trabalhando hoje. Marcamos para o dia de hoje 3 depoimentos. Para o Conselho de Ética não é um fato corriqueiro. Daqueles que alegavam nossa dificuldade de marcar os depoimentos, eu quero aqui pedir desculpas aos advogados, ao Dr. José Luiz e ao Dr. Rodrigo, em nome da Casa; pedir desculpas à testemunha, Deputado Eduardo Campos. Nós devemos, em nome do Conselho de Ética, pedir essas desculpas.

Não podemos permitir que isso aconteça novamente no Conselho. Se não é bacanal — desculpem o termo —, Deputado Benedito, a orgia política já está instalada, e a bagunça não pode instalar-se no Conselho de Ética.

Passamos aqui, vários companheiros, debruçados nos nossos trabalhos, fazendo questionamentos, encaminhando, e hoje temos 3 depoimentos para ouvir. O Deputado Eduardo Campos estava no meio do seu raciocínio. Vem a avalanche e pára a reunião, tumultua a reunião, contesta as ações que poderíamos estar tendo na oitiva do Deputado Eduardo Campos, com a presença dos nobres e colegas advogados.

Peço desculpas à Casa, em nome do Conselho. Não tenho nenhuma culpa disso. Subscreveria, e falo isso em nome do Deputado Benedito de Lira e Nelson Trad. E talvez seja a mesma palavra do Deputado Edmar Moreira. A Secretaria está aberta, tem funcionário lá para receber a representação, mas a orgia talvez seja



mais satisfatória que seja feita aqui, no Conselho de Ética. Não podemos permitir mais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Srs. Deputados, gostaria de fazer um esclarecimento. Quando fui informado aqui que receberíamos essa representação, pedi aos Deputados que assinaram essa representação que a entregassem na Secretaria do Conselho de Ética. Eu iria passar a Presidência para outro Deputado e iria encaminhar-me ao Conselho de Ética. Infelizmente, foi uma avalanche, um tumulto geral, não tinha como segurar. De qualquer forma, quero pedir desculpas ao nobre Deputado Eduardo Campos, aos senhores advogados do representado e aos demais Srs. Deputados. Na realidade, não tivemos culpa alguma; foi interesse de alguns Deputados de fazer um tumulto para aparecer. Infelizmente, isso aconteceu. Nossos trabalhos vão continuar.

Com a palavra o nobre Deputado Eduardo Campos.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Sr. Presidente, só para reforçar as palavras de V.Exa. V.Exa. foi apanhado de surpresa, como todos nós fomos. Então, é interessante que outras representações que vierem a acontecer, mesmo que chegue lá na porta o tumulto, como chegou agora, V.Exa. tenha autoridade suficiente para dizer que eles procurem a Secretaria do Conselho e não tumultuem a reunião, porque ela está em pleno funcionamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - É o pior, Deputado, é que quando fui avisado, pedi que se encaminhassem à Secretaria. De repente, apareceram aqui. Infelizmente, ninguém teve culpa.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Sr. Presidente, era a última pergunta que o Deputado Benedito de Lira tinha feito. Eu tinha concluído o raciocínio quando V.Exa. pediu para que interrompesse por 3 minutos porque viu a chegada dos Deputados e da imprensa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Carlos Sampaio.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, nobre Relator, ilustre depoente, Deputado Eduardo Campos, demais Conselheiros, eu vou tomar a liberdade de reproduzir algumas perguntas que fiz ao então Ministro Aldo Rebelo, uma vez que a minha vontade é apurar os fatos e como tal acho que a pergunta procede também para V.Exa., para que nós tenhamos conhecimento de fatos políticos. Concordo que V.Exa. não deva estar aqui para emitir juízo de valor ou opinião sobre fatos. Por isso, minha pergunta, em que pese ser de natureza política, porque o julgamento é político, tem uma certa objetividade. V.Exa. tem conhecimento, como Deputado e como Ministro que foi, de que uma das funções do Ministro-Chefe da Casa Civil é construir ou ajudar na construção da base aliada?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - O Ministro da Coordenação Política tem como função a relação com as instituições, inclusive com o Congresso Nacional. Esta é uma função: no Congresso Nacional, ver aprovados os projetos, não necessariamente fazendo base aliada, mas arrumando os votos necessários para que os projetos passem. Por exemplo, o projeto da Previdência — eu estava aqui como Líder — foi aprovado graças à ajuda do partido de V.Exa., o PSDB, com quem tive muitas reuniões, inclusive buscando o apoio de Governadores e Prefeitos.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - E outras proposições também foram apoiadas pelo PSDB.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Estou dizendo isso como reconhecimento, como registro.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - De todas que foram importantes para a Nação o PSDB votou a favor.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Exatamente.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eu pergunto se o Ministro José Dirceu ou o Chefe da Casa Civil tem, entre as suas incumbências, pelos seus mandatos e pela sua experiência, a incumbência de formar uma base aliada, porque não existe governo sem uma base aliada. Não é uma coisa pontual — votação a votação —, mas, sim, uma coisa em que se constrói uma sustentação.



O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Eu compreendo que a tarefa institucional de um Ministro da Coordenação Política é construir, a cada projeto, o consenso necessário para que seja aprovado aquele projeto.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Então V.Exa. não entende que deva ter, entre as funções dele, a função de construir uma base de sustentação das teses do Governo?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - As teses do Governo se constróem nas urnas. Quando você vai às urnas, constrói na sociedade, encorpa força, os partidos políticos...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Deputado Eduardo Campos, me permita, mas poderíamos fazer menos digressão sobre essa questão do movimento ou do momento democrático que vivemos, falando especificamente sobre o tema. O tema é muito específico. A minha pergunta é: o Deputado José Dirceu, quando Ministro, teria ajudado a construir a base aliada? Se V.Exa. entender que não, compreendo a sua resposta e continuo avançando.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Não, V.Exa. faz as perguntas e eu faço as respostas.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Isso.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - As respostas V.Exa. não tem condição de fazer.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Mas se eu achar que V.Exa. está fugindo à indagação tenho o direito, como Conselheiro, de pedir que V.Exa. retome o assunto.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Tem. E eu tenho direito, como Parlamentar, da mesma forma que V.Exa., de responder da forma que eu devo.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Aqui V.Exa. é Parlamentar.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Sou testemunha e Parlamentar.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Então, como testemunha, prestou juramento de dizer a verdade.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Exatamente.



O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - É isso o que nos difere. Eu estou aqui, como Conselheiro, indagando.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - V.Exa., como Parlamentar, tem que falar a verdade também, porque senão quebra o decoro.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Mas é evidente que estou dizendo a verdade. Agora, não preciso ter a minha atenção chamada por V.Exa. aqui, como não chamei a sua atenção. Quero tão-somente que sejam respondidas as perguntas.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Então, V.Exa. faz a pergunta e eu faço a resposta, mas V.Exa. não pode dizer como é que eu vou responder.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Muito pelo contrário, responda como quiser, Deputado Eduardo Campos. Vou repeti-la: V.Exa. entende que o Deputado José Dirceu, ex-Ministro da Casa Civil, participou da construção da base aliada?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Para aprovação dos projetos, qualquer Ministro da Coordenação Política deve buscar o apoio para aprovar os projetos.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Agradeço a resposta.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Quando estava aqui como Líder, para aprovar os 2 projetos mais importantes, nós fomos buscar, fora da base aliada, apoios, inclusive no partido de V.Exa.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eu entendo, Deputado, mas é que não é objeto da minha pergunta.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Mas é a minha resposta.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Se V.Exa. puder se pautar pelas minhas perguntas, eu lhe agradeço, porque se V.Exa. estiver aqui para dizer o que quer e a hora que quer, não tem sentido eu indagar, correto?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Esse é um juízo de valor que é V.Exa. que vai fazer, não sou eu.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Entre as funções que cabem ao Ministro da Casa Civil — V.Exa. tendo ou não conhecimento —, eu indago: estaria,



entre essas funções, a de zelar para que o Governo tenha, dentro dos partidos da base aliada, Parlamentares que tenham dignidade, que correspondam à ética que foi sempre levantada pelo Partido dos Trabalhadores enquanto campanha e, depois, enquanto Governo?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - V.Exa. poderia repetir a pergunta, por favor?

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - V.Exa. entende que deve ser uma preocupação do Ministro-Chefe da Casa Civil buscar o apoio de Parlamentares que tenham uma condição ética assemelhada àquela que foi construída na campanha e colocada no Governo do Partido dos Trabalhadores?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Eu acho que respondi essa pergunta na primeira resposta. Eu falei aqui, V.Exa. não estava, para ficar claro que eu não estou querendo fugir de nenhuma pergunta, estou aqui para responder e ajudar o Conselho. Quando nós votamos a Lei de Biossegurança, por exemplo, que é uma lei importante, estratégica para o desenvolvimento da ciência no País, a parte que permitia a pesquisa com célula-tronco embrionária teve o encaminhamento de votação do Partido dos Trabalhadores contrário. Os cientistas brasileiros estiveram no Senado e aqui. Eu fui buscar apoio em partidos que não são da base para ajudar a aprovar isso, que eu entendo que é algo necessário, importante e estratégico para o País. Eu acho que, dependendo da matéria, você deve buscar, fora da base, apoio de Parlamentares que têm sua posição, estão eleitos aqui para representar a sociedade e aprovar as matérias que são do conhecimento, que estão em debate na pauta do Congresso Nacional.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - V.Exa. entende que estaria entre as funções do Ministro da Casa Civil fazer transações ou intermediações de natureza comercial com empresas privadas?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Não, o Ministro-Chefe da Casa Civil pode receber no seu gabinete investidores, da mesma forma que outros Ministros recebem. Na Casa Civil tem uma sala de situação. Ou seja, se vem um grande investidor ou algum grande empresário brasileiro procurar tratar com o Governo para fazer investimentos, eu acho que o Ministro-Chefe da Casa Civil,



como qualquer outro agente público — o Presidente do BNDES, o Presidente do Banco do Brasil ou o Ministro do Desenvolvimento Econômico —, deve receber.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - V.Exa. chegou a presenciar a minha inquirição ao Ministro José Dirceu... ao ex-Ministro Aldo Rebelo?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Não.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Não teve conhecimento dela?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Não.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O Governo tem dito, e eu pergunto se V.Exa. acredita, que o Governo não está interferindo de forma direta nas investigações e, portanto, está isento e, se for necessário, inclusive cortaria na própria carne. V.Exa. acredita nessa postura do atual Governo?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Acredito. Acredito, até porque acho que o processo de investigação que está em curso é um processo irreversível. Pela primeira vez o Congresso Nacional vive da forma que vive esses fatos políticos relevantes, com 17 milhões de brasileiros ligados à Internet, com *TV Câmara*, com *TV Senado*, com *Rádio Câmara*, *Rádio Senado*, com a opinião pública acompanhando como nunca acompanhou a cena do Congresso Nacional. Nós só temos uma saída em termos do Congresso Nacional: se a apuração for feita com todo o rigor, com todo o zelo para que o Congresso refaça as suas pontes com a sociedade civil, com a sociedade brasileira que ele representa.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - V.Exa. chegou a receber com estranheza o fato de o Ministro José Dirceu chamar Ministros do atual Governo para exercer a defesa dele, uma vez que foram arrolados como testemunhas de defesa? E isso poderia caracterizar uma interferência do Governo no posicionamento do Congresso?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Acho que não. O Ministro José Dirceu foi Ministro do Governo há até pouco tempo. Arrolou, na verdade, como sua testemunha, o Ministro da Justiça, de quem ele é amigo — me parece que o próprio Ministro Márcio Thomaz Bastos, durante anos, foi advogado do PT ou militante do PT ou próximo do PT. Eu acho que... Não vejo nenhum fato extraordinário nisso.



O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Nenhuma interferência. O ex-Ministro José Dirceu afirmou que deixou o Governo para se defender na condição de Deputado. V.Exa. acha que esse posicionamento dele de fato deveu-se a isso ou ao fato de que ele, enquanto alvo de inúmeras denúncias, poderia estar conturbando as ações do Poder Executivo?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Essa exatamente é a afirmação do Ministro José Dirceu. O que eu acho ou não, não vem muito ao caso. Se V.Exa. faz muita questão de saber a minha opinião, em respeito a V.Exa., eu vou dar. Eu acho que o Ministro José Dirceu saiu para vir para cá porque sabia exatamente que o processo político ia se dar aqui dentro desta Casa. E ele veio para cá enfrentar o processo que está enfrentando.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Na condição de Deputado?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Na condição de Deputado.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - V.Exa. tem conhecimento de que ele agora, como tese de defesa neste Conselho, alega exatamente não a sua condição de Deputado, mas que era Ministro à época e, portanto, não pode responder pelos atos eventualmente praticados que foram atentatórios ao decoro Parlamentar?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Eu vi. Tenho conhecimento que essa é uma tese levantada inclusive por ele aqui e por seus advogados.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - V.Exa. não presenciou — e tenho certeza disso, até porque muitos de nós não presenciamos — a questão do chamado episódio do mensalão. Mas V.Exa. deve ter acompanhado pelos jornais, pela imprensa, assim como eu, o fato de que, em primeiro lugar, houve saques vultosos feitos por partidos aliados, saques vultosos e com uma periodicidade bastante caracterizada. E, inclusive, houve a negativa por parte desses, alguns deles que renunciaram, de que tinham feito esses saques. Só com a movimentação bancária é que efetivamente isso veio à luz. V.Exa. considera esse episódio como um episódio passível de constatação do mensalão, da compra de votos? Enfim, V.Exa. já tinha conhecimento, digamos assim, de fatos semelhantes em mandatos anteriores caracterizados e comprovados?



O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Não.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Não?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Não. Só o que eu... em mandatos anteriores, o que se sabe é a tentativa da Oposição, que fez à época, de fazer uma investigação sobre o processo de votação da reeleição.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Da reeleição.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Somente isso, que está publicado nos jornais e tal. Sobre esse mandato eu já respondi há pouco. Eu acho que essa é uma missão das CPIs, que estão abertas e que têm todas as condições e o apoio da Casa, todos os instrumentos jurídicos de quebra de sigilos para fazer essa apuração, que será feita pela instituição de que fazemos parte.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eu quero agradecer a V.Exa., dizendo que também concordo com que o direito não se faz com o que está na cara, o direito se faz com provas. E cabe a este Conselho provar, cabe às CPIs provarem. As minhas indagações iam no sentido de tentar caracterizar se as ações do Ministro José Dirceu eram ou não ações de Ministro. Em momento algum quis desautorizá-lo ou mesmo afunilar sua resposta. A minha idéia foi tão-somente a de contribuir com os trabalhos deste Conselho, como sei que é função de V.Exa. Se houve qualquer dúvida sobre isso, peço escusas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado, Deputado. Com a palavra o Deputado Chico Alencar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Nobre colega, Deputado Eduardo, socialista, a primeira pergunta é por analogia à condição do representado. Me explico: por analogia em termos de ser um Deputado que exerceu mandato de Ministro. O senhor entende que, no exercício da função de Ministro, estava desobrigado dos padrões que o nosso Código de Ética e Decoro Parlamentar impõe e estabelece? Qual é a aproximação que o senhor faz entre as duas funções?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Todas as duas são funções públicas e que exigem de quem as exerce o padrão ético que cada um carrega ao longo da sua vida. Eu acho que o código a que nós estamos submetidos enquanto Parlamentares é parte do código da vida que você carrega, que V.Exa. carrega, que



cada um de nós carrega ao longo da sua história política. Posso lhe dizer que, na hora em que V.Exa. é chamado do Legislativo para servir no Executivo, seja Estadual ou Municipal, V.Exa. não se desobriga de nenhuma conduta, do ponto de vista ético da sua postura diante da coisa pública, nesta ou naquela função. Até sem mandato nenhum, nem de Ministro nem de Deputado, na nossa vida, na nossa comunidade, no prédio em que a gente mora, no clube que a gente frequenta, no nosso partido político, nós devemos ter a nossa conduta, que, sendo assim, não há código que V.Exa. rompa. Eu acho que... Eu não me guio pelo código da instituição, porque eu acho que o código deve ser carregado dentro da sua consciência de formação política. Esse, com certeza, (*falha na gravação*) onde é que V.Exa. esteja exercendo sua função política.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - No exercício da direção do Ministério da Ciência e Tecnologia, o senhor fez a opção pelos vencimentos de Parlamentar?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - De Parlamentar. Eu já estive aqui licenciado por duas oportunidades: uma para ser Secretário de Estado, outra para ser Ministro. Nas duas eu me licenciei e optei pela remuneração de Deputado Federal.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor considerou inoportuna a proposta de CPMI dos Correios? E a posição do seu partido qual foi à época?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - O meu partido... Vários Parlamentares chegaram a assinar a CPI dos Correios e outras CPIs. Naquela oportunidade eu cheguei a falar para a imprensa: nós tínhamos um processo de investigação em curso na Polícia Federal e no Ministério Público, que é exatamente a base com que trabalha a CPMI, exatamente toda a documentação que foi investigada pela Polícia Federal e pelo Ministério Público, a largada para fazer essa investigação. E acho que nós estamos vivendo 3 CPIs, o Brasil está tendo a oportunidade de acompanhar o papel de cada um nisso. Nunca houve na cena brasileira 3 CPIs investigando um Governo — nunca —, sem nenhum juízo de valor sobre os outros Governos e as posições que estão consignadas nas atas das nossas reuniões aqui, as posições que outros Governos tomaram sobre CPI. E agora eu acho que o Brasil sairá melhor do que entrou nesse processo. Nós vamos



viver... É um processo que coloca muita responsabilidade sobre o Parlamento brasileiro, e essa responsabilidade, sendo bem exercida, vai colocar o Brasil numa situação melhor, vamos rever inclusive regras eleitorais. Eu tenho esta expectativa: pelo menos que sejam revistas regras eleitorais, e que reduzam a interferência do dinheiro no processo político brasileiro.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Por falar em eleições, o Deputado Roberto Jefferson, que lidera a representação contra o Deputado José Dirceu, aqui, neste caso, sempre disse que os acordos do PT com o PTB envolviam o apoio político e também apoio material na campanha de 2004, em especial. No caso da experiência, que é histórica, das coligações do PT com o PSB, também houve sempre, como rotina ou na normalidade, esse tipo de apoio financeiro que o PT até prometia para as campanhas?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Não. O PSB esteve junto com o PT em 1989, eu não era filiado ainda ao PSB, estava em processo, tinha saído do PMDB. Votei no Presidente Lula, como eu disse aqui há pouco, mas não era PSB. Nas outras duas eleições, o PSB esteve também com o Presidente Lula. E, na última eleição, tivemos candidatura própria no primeiro turno. Não é do meu conhecimento que, em nenhuma dessas oportunidades, o PSB tenha tido qualquer negociação material de apoio às candidaturas do Presidente Lula.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor participou de algumas reuniões de Governo de avaliação dessas denúncias, do suposto mensalão, de toda essa situação que hoje está aí tomando conta do País, alguma apreciação? E também ligado a isso: quando o senhor soube dessas denúncias e como elas chegaram até V.Exa.?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Elas chegaram no momento em que a crise eclodiu com os pronunciamentos que foram feitos na tribuna desta Casa. E a forma como a maioria dos senhores tomou conhecimento, foi a forma que eu também tomei conhecimento. E tão logo eclodiu esse processo, eu saí do Ministério e vim para a Câmara. Participei, ao longo desse tempo, como vários dos senhores, de várias conversas aqui na Câmara, fora da Câmara, de avaliação do momento



político, mas nenhuma reunião de Governo sobre qualquer CPI especificamente eu participei.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Quanto à relação com o Deputado José Dirceu, quando ambos estavam no exercício dos Ministérios, havia alguma proximidade política maior, algum debate político, alguma troca de informações?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Uma relação institucional. Sempre foi assim. Eu nunca tive relação mais próxima com o Ministro José Dirceu, isso é do conhecimento de muitos Parlamentares aqui na Casa. Em algumas questões comungamos de posições comuns, como a do problema nuclear, de que falei aqui há pouco, algumas questões sobre a própria política econômica no que diz respeito a superávit primário e outras questões, mas nunca privei do ciclo de intimidade do Ministro José Dirceu. Tive com ele uma relação institucional, como Líder do PSB e ele como coordenador político e depois como Ministro da Ciência e Tecnologia e ele como coordenador administrativo do Governo.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O Deputado Roberto Jefferson não o procurou para fazer qualquer denúncia desse tipo de esquema?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Não.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Nunca, não é?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Nunca.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E o senhor tem uma avaliação hoje em relação a isso em que teor, quanto à existência do tal mensalão ou luvas para Parlamentares trocarem de partido? O senhor acha crível isso, pelo que acompanha, como líder político?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Eu acho que a essa altura, o que existe? Na sociedade há um entendimento de que existia um mensalão. Você vai na sociedade, pode ir a um colégio de 2º grau perguntar a uma criança, pode ir a um ponto de táxi procurar saber de um taxista, pode ir ao alto sertão de Pernambuco, numa feira livre, e perguntar: a população está consciente, criou uma consciência, uma opinião de que existe o mensalão, que existem Parlamentares que recebiam uma quantia mensalmente complementando sua remuneração. Essa é a opinião que qualquer pesquisa e qualquer Parlamentar que for à rua vai colher. Existem 3



Comissões Parlamentares de Inquérito e mais este Conselho apurando, que até agora não caracterizou aquilo que virou senso comum. O que eu posso dizer é que eu não tenho nenhum elemento, como a instituição Câmara dos Deputados não tem, que comprove a existência. O que se comprovou efetivamente até agora foram empréstimos para financiamentos de campanha que não estão declarados no TRE ou no TSE. As CPIs têm todos os instrumentos de fiscalização, todos os instrumentos de fiscalização para vir a comprovar ou vir a caracterizar algum indício e remeter inclusive esse processo para que prossigam as investigações, inclusive a nível do Ministério Público e do Poder Judiciário. Esse é o desafio. A opinião pública formou uma opinião e a investigação ainda não conseguiu, de forma nenhuma, caracterizar da forma que já se formou uma opinião efetivamente na sociedade.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Orlando Fantazzini.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Deputado Eduardo Campos, V.Exa. foi líder do PSB aqui na Casa e, na qualidade de líder de um partido da base de Governo, obviamente participou de várias reuniões com a liderança do Governo e os líderes dos partidos da base. O Deputado Roberto Jefferson também era líder do PTB. Portanto, vocês tiveram uma convivência, ainda que institucional, mas convivência no debate, nos questionamentos, nos encaminhamentos. Naquele período de convivência, em momento algum houve qualquer tipo de insinuação, por parte do Deputado Roberto Jefferson, quanto à prática de mensalão ou qualquer outro nome que o valha? Ou que poderia estar havendo um jogo entre partidos? Ou que o Deputado Roberto Jefferson tenha se manifestado indignado, porque Parlamentares do seu partido estavam migrando para outros ou lideranças de outros partidos também estariam indignadas porque estaria ocorrendo migração entre os próprios partidos da base?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Não. O Deputado Roberto Jefferson teve oportunidade, aqui neste Conselho, no Plenário da Casa e em outras CPIs, de declinar todos os nomes que ele procurou para falar sobre essa questão, e



quase todos os que tiveram o nome declinado confirmaram que ouviram dele isso. Ele nunca me procurou para tratar desse assunto.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não, não digo que ele tenha procurado pessoalmente, mas digo nas reuniões, ele nunca deixou transparecer nenhum tipo de indignação, insatisfação com um eventual caso dessa natureza?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Não, não, não.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O senhor ocupou o Ministério por mais de um ano, se não me falha a memória. É isso, Deputado?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Exato.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Nesse período em que V.Exa. ocupou o Ministério, a composição do Ministério foi totalmente decidida — como se fala no jargão popular —, foi porteira fechada ou não?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Não, veja vem. Eu falei há pouco, vou aproveitar para repetir, porque chegaram outros Parlamentares. No Ministério da Ciência e Tecnologia todos os institutos são de provimento por comitê de busca. Da mesma forma que as universidades conquistaram o direito de eleger uma lista tríplice que vai ao Ministro da Educação, os institutos de pesquisa, à medida que se cumpre um mandato, nomeia-se um comitê de busca, formado por doutores de notório conhecimento e respeitabilidade na comunidade científica, que apresenta a convocação e o projeto, recebe dos cientistas os seus projetos, faz audiências públicas como essa, analisa os projetos. Depois disso, o comitê de busca ordena uma lista tríplice, que vai para o provimento pelo Ministro. Então, muitas vezes, o Ministro convive com a equipe que veio de outro Governo. Por exemplo, agora o INPE, em São José dos Campos — foi falado aqui pela Deputada Angela —, vive um processo de comitê de busca. Concluíram-se os 4 anos — ainda foi feito no Governo do Presidente Fernando Henrique — do dirigente, nomeou-se um comitê de busca, que vai processar uma escolha e apresentar ao Sr. Ministro. Todos os institutos do Ministério da Ciência e Tecnologia seguem esse rito. Afora isso, o Ministério tem o CNPq e a FINEP. Quando cheguei ao Ministério existia uma direção, que foi mantida. Não alterei nenhum dirigente. Há uns 6 meses morreu um dirigente do CNPq e foi substituído pelo membro da própria direção. Quanto às



outras empresas, também já tinha direção e foram mantidos os diretores. Houve uma substituição, por pedido de demissão, e os secretários mudaram 2. Eu escolhi a partir de pessoas que eu ouvi na comunidade. Nessa área, as pessoas não são muito pautadas por quem foi do Governo anterior ou é deste Governo. Por exemplo, um dos secretários que eu chamei para trabalhar na nossa equipe havia servido na equipe, inclusive, do Ministro Sardenberg. Então, eu ouvi a comunidade, consultei alguns. Uns não toparam vir, e entre os que toparam eu fiz a escolha e mandei para o processamento normal da Casa Civil.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Diretorias no Ministério, existiam ou não?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Existem secretarias e diretorias, mas poucas foram mudadas a partir da sugestão dos secretários, porque efetivamente se trata de uma estrutura bem diferenciada de outras estruturas em que existem pessoas já de carreira, que trabalham. Na verdade, eu procurei na academia apoio para montar as poucas mudanças que eu operei, e muito mais apoio para discutir o projeto, o planejamento estratégico que fizemos em parceria com o fórum de secretários, com as entidades representativas do setor. E o planejamento estratégico, inclusive, vai estar sendo debatido na 3ª Conferência de Ciência e Tecnologia que o Brasil vai viver.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - A minha pergunta se deve ao fato do depoimento do Deputado Roberto Jefferson em que ele afirmou, de forma enfática, que havia interferência na composição de todos os Ministérios dos partidos, e aí citava especificamente o Sr. Silvio Pereira como sendo o homem do PT que decidia quem iria para determinadas diretorias. Então, quer dizer, no seu Ministério, no seu período, não houve nenhum tipo de intervenção, quer do Ministro José Dirceu, quer da fórmula declarada aqui pelo Deputado Roberto Jefferson, que seria um certo loteamento das diretorias, das direções de empresas. Quer dizer, tudo lá foi decidido por V.Exa. ou V.Exa. já adquiriu, manteve o que já tinha sido decidido posteriormente?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Exatamente. E mais a questão dos comitês de busca, que eu quero crer que os 3 ou 4 institutos concluíram a busca



durante a nossa gestão e nós procedemos de acordo com a lista que recebemos do comitê de busca.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Antes de ouvirmos a Deputada Ann Pontes, que é a última inscrita, eu quero alertá-los de que também teremos a oitiva do Deputado Arlindo Chinaglia, às 18h.

Com a palavra a Deputada Ann Pontes.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Obrigada, Sr. Presidente.

Deputado Eduardo Campos, eu peço até vênias a V.Exa. se dos 4 questionamentos que eu vou encaminhar, V.Exa. até já respondeu a este Conselho, mas em função de que eu tive de me ausentar, seria bom que ficasse mais uma vez registrado. V.Exa. teve conhecimento de que o Deputado José Dirceu, juntamente com o Sr. Delúbio Soares, levantaram fundos junto aos Bancos Rural e BMG sob a intervenção e a responsabilidade do Sr. Marcos Valério?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Não.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - V.Exa. teve conhecimento de que esses bancos receberam algum tipo de favorecimento por parte do Deputado José Dirceu?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Não.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - V.Exa. tinha conhecimento de que havia Deputados recebendo dinheiro por intermédio das empresas do Sr. Marcos Valério?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Não.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Na análise de V.Exa., que motivos o Deputado Roberto Jefferson teria para afirmar que o Deputado José Dirceu foi o mentor intelectual do mensalão?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS - Os motivos, essa é uma pergunta para o Roberto Jefferson. Na verdade, ele é que pode responder melhor do que ninguém, ou só ele pode responder. Não sei se há algum problema de ordem política, alguma divergência no processo de Governo, alguma... Não sei; sinceramente, eu não sei. Eu não conheço a relação que José Dirceu teve com Roberto Jefferson ao longo do Parlamento, na relação enquanto ele, Líder do PTB, depois Presidente do PTB. Eu, sinceramente, desconheço os motivos que fizeram



com que o Deputado Roberto Jefferson tomasse essa atitude, não posso nem imaginar o que é que o levou a tomar essa decisão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Edmar Moreira.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e senhores membros do Conselho, nobre Deputado Eduardo Campos, eu tenho um crédito muito grande, no meu banco, de minutos, porque eu fiquei para intervir por último, evidentemente, para não ser repetitivo.

Mas meu caro Deputado, quero agradecer sua presença aqui e aproveitar a ocasião para parabenizá-lo pelo brilhante trabalho que V.Exa. fez à frente do Ministério. Evidentemente, de certo modo, tolhido pelos recursos e até por uma consciência que nós temos, que o Governo brasileiro tem — isso falando genericamente — em termos de ciência, tecnologia e pesquisa. Mas, mesmo assim, eu entendo que houve, mercê do esforço de V.Exa. e de sua equipe, um avanço muito grande.

E aproveito a oportunidade, Sr. Deputado, nós assistimos agora a um acontecimento, quando, abruptamente, o Conselho de Ética foi tomado “de assalto” — entre aspas. Isso era um acontecimento para ser feito escondido, atrás da porta, porque isso realmente vexa qualquer um. O conteúdo da representação nos aborrece e constrange todos nós. E uma liderança jovem, como V.Exa., e outros tantos aqui presentes — Deputado Júlio Delgado e outros Deputados — têm uma responsabilidade muito grande de soerguer o nome desta Casa, porque a instituição foi atingida agora como um todo. E nós precisamos, Presidente Ricardo Izar, sacudir a auto-estima da Casa. Enganam-se aqueles que acham que vão ficar como espectadores disso que está acontecendo aí. Todos nós, absolutamente todos nós, fomos atingidos.

Para encerrar, Sr. Presidente, ontem, quando eu chegava em meu gabinete, no 6º andar — eu conversei muito com esse pessoal simples que faz a faxina do 6º andar —, quando eu conversava lá com um servente, falei: “*Tudo bem?*”. Ele falou: “*Tudo bem, não. Quando eu vou para a casa, eu tiro o uniforme, porque eu não quero falar que trabalho na Câmara dos Deputados*”. Ele tem liberdade comigo. Ele



não fez isso, absolutamente, como afronta, mas os senhores vêem o grau a que chegamos de constrangimento.

Então, Deputado Ricardo Izar, a nossa tarefa é realmente uma tarefa de muita responsabilidade. E nós não podemos admitir que o Conselho de Ética — tenho dito aqui reiteradas vezes — caia nessa vala comum, que temos visto por aí, de querer aparecer. O nosso trabalho tem que ser um trabalho eminentemente técnico. Nós aqui não temos partido, não temos preferência, não vamos, absolutamente, acobertar ninguém, mas nós temos, acima de tudo, uma responsabilidade com a nossa família, com a comunidade brasileira como um todo e com esta Casa, que nós representamos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado, Deputado Edmar Moreira.

Eu quero agradecer, em nome do Conselho, a presença do Deputado Eduardo Campos. V.Exa. contribuiu bastante para o nosso Conselho. Nossos agradecimentos.

Quero alertá-los que, às 18h, vamos ouvir o Deputado Arlindo Chinaglia aqui mesmo.

Então, está suspensa a sessão.

(A sessão é suspensa.)